

# O ATENDIMENTO INSTITUCIONAL DE BEBÊS: ESTUDO HISTÓRICO\*

PATRÍCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA\*\*

## RESUMO

O presente artigo propõe um estudo sobre o percurso histórico do atendimento de bebês fora do âmbito familiar e a constituição das creches públicas como espaço educativo. De acordo com Rosemberg (2010), a infância constitui um período importantíssimo na formação da criança e embora a fase da primeira infância seja de curta duração, considerando-se a expectativa de vida de 70 anos, ela constitui a vida inteira dos bebês e das crianças pequenas. Nesse perspectiva, a discussão proposta se apoiou nos autores que discutem a história da infância no Brasil, nos registros oficiais dos mordomos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e foi complementada com artigos científicos direcionados à área histórica da medicina, que teve grande participação no atendimento às necessidades do país e nos cuidados com a infância nos períodos da colônia à república velha. Evidenciando que, desde a sua origem, as diferentes instituições de atendimento à criança pequena tinham um cunho educativo, inicialmente como propostas governamentais destinadas à população pobre. Destacaram-se estratégias disciplinadoras, que apresentavam a intencionalidade de educar desde a infância e formar cidadãos

---

\* Este artigo é parte do primeiro capítulo da dissertação de Mestrado defendida na Umesp em abril de 2015, “A inserção de bebês em creches: Um olhar para as políticas públicas”.

\*\* É docente do curso de Pedagogia EAD da Umesp; coordenadora de área do Pibid/Pedagogia, desde 2013 (Pibid – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/Capes). e-mail: [patricia.silva132@gmail.com](mailto:patricia.silva132@gmail.com)

saudáveis, úteis para o trabalho e para servir à nação num país em desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Creches públicas; bebês; infância.

## ABSTRACT

The present article proposes a study of the historical course of babies care out of the family environment, as well as the constitution of public day care as educational spaces. In accordance with Rosenberg (2010), childhood constitutes an extremely important period in child formation and, although the stage of early childhood is short, considering the life expectancy of 70 years, it constitutes the entire life of babies and toddlers. In this perspective, the proposed discussion is based in the authors who discuss the history of childhood in Brazil, on the official records of the stewards of the Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, and was complemented with scientific articles directed to the historical area of medicine, which had great participation in treating the needs of the country, and the care of children in the periods from the colony to the old republic. Evidencing that, since its origin, the different institutions of treatment to small children had an educational nature, initially as government proposals aimed at poor population. There was emphasis on disciplinary strategies that presented the intentionality to educate since childhood and to form healthy citizens, useful to work and to serve the nation in a developing country.

**Keywords:** Public day care; babies; childhood.

## INTRODUÇÃO

A história da educação infantil também sugere esse tipo de consideração. As instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, etc. – e é claro, com a história das demais instituições educacionais. (KUHLMANN JÚNIOR, 2010, p. 16).

Refletir e discutir sobre a educação de bebês em instituições formais e fora do ambiente familiar torna-se cada vez mais necessário à medida que cresce a inserção de bebês em creches e instituições de atendimento à primeira infância.

Desta forma, é fundamental compreender a importância dessa fase na educação dos bebês e conhecer como a experiência vivenciada nesses espaços coletivos contribui para o seu desenvolvimento.

Ao remetermos o olhar à história das crianças pequenas e às instituições que as acolheram fora do âmbito familiar, é possível compreendermos seu espaço na sociedade no decorrer dos períodos históricos, sendo recentemente considerada ser social, produtor de cultura e sujeito de direitos como prevê a Constituição Federal de 1988.

Já no período colonial, é possível identificar a atuação da criança desde os primórdios históricos. Nas embarcações portuguesas quinhentistas que vinham explorar as terras brasileiras, há registros da atuação de crianças pequenas, as quais, devido à pobreza, trabalhavam e eram exploradas, inclusive sexualmente, pelos marujos, homens considerados da pior espécie que, condenados a decapitação ou enforcamento, trocavam sua pena pelo serviço marítimo.

Além disso, os poucos adultos disponíveis em Portugal migravam para as colônias ou, simplesmente, faziam de tudo para escapar do serviço no mar. Enquanto os ingleses procuraram suprir a falta de mão de obra adulta livre em seus navios por meio da utilização de escravos e negros alforriados, os portugueses optaram pela utilização de crianças. (PRIORE, 2010, p. 23).

Na chegada ao Brasil, os padres jesuítas tinham como foco principal catequizar as crianças indígenas, pois reconheciam que deveriam investir na fase da infância, entendendo que por meio da educação oferecida a elas desde pequenas é que se alcançariam adultos dentro dos padrões considerados corretos. Assim, essas crianças eram os alvos principais dos padres, que objetivavam

inculcar-lhes os valores morais e católicos, o que tornava mais fácil a dominação do povo que aqui já habitava.

Nos períodos colonial e imperial, a criança era considerada um ser de menor importância. As crianças da classe inferior trabalhavam como escravas para a classe mais favorecida, inclusive para outras crianças.

A cultura social da época negligenciava as necessidades básicas da criança, como atenção e cuidado. Deste modo, o índice de mortalidade infantil era enorme. A igreja católica conseguia amenizar esse fato com o argumento de que a criança era pura e ao morrer se tornava um anjinho. “O conformismo era exagerado e a disseminação dessa crença foi a forma encontrada para justificar tantas mortes” (RIBEIRO, 2006, p. 30). No período republicano, a infância foi marcada pelo aumento da pobreza, sendo submetida cada vez mais a situações desumanas. O quadro se agravou principalmente com a libertação dos escravos e a imigração de europeus, aumentando significativamente a população pobre, sendo a população infantil fortemente atingida.

Iniciou, assim, a influência de médicos higienistas, que tiveram papel importante na transformação do olhar da sociedade para a criança pequena e suas necessidades. Os médicos que compunham a burguesia do país assumiram lugar de destaque na sociedade.

A burguesia vai, então, encontrar na medicina o aliado necessário para propagar suas idéias políticas e sociais. A medicina vai encontrar na burguesia, essencialmente urbana, o aliado de seu ideal higiênico, que, por seu turno, interessava ao jovem Estado Brasileiro, ainda em consolidação. [...] Vai falar sobre a urbanização do Brasil e a consolidação dos ideais higienistas, responsáveis por toda uma ideologia nascente, que passará a determinar uma nova conduta social, novos costumes e novos padrões de comportamento, culminando nas modificações que serão verificadas na organização da família brasileira, que pouco a pouco vai extinguir muitas das práticas coloniais danosas à infância. (RIBEIRO, 2006, p. 31).

Faz-se importante ressaltar que inicialmente toda a reflexão realizada sobre a educação moral da criança e sua importância na constituição da família idealizada para o novo país girava em torno da criança pertencente às camadas mais favorecidas. Apenas mais tarde, com o aumento da pobreza e com a ameaça que a criança pobre submetida ao crime oferecia para a sociedade, surgiram políticas e propostas de atendimento para essas crianças, principalmente com o intuito de separar a elite dos miseráveis.

## **A RODA DOS EXPOSTOS E O ACOLHIMENTO AOS BEBÊS ABANDONADOS**

A roda dos expostos, instituição histórica trazida ainda no Brasil colonial como possibilidade de enfrentamento do problema da criança abandonada, foi também a primeira instituição a receber o bebê com a responsabilidade de criá-lo fora do seio familiar. A roda dos expostos, por se tratar de uma instituição que permite refletir amplamente sobre o atendimento da infância no Brasil, tem destaque a partir de então nesta pesquisa, por sua atuação no acolhimento de bebês e crianças abandonadas.

A roda era um dispositivo de madeira acoplado à parede das instituições, usada nos conventos medievais como local de doações de alimentos e objetos, que possibilitava o recebimento das mercadorias sem o contato com o mundo externo ao convento. Nela, também, eram deixados os bebês, doados por seus pais para que eles “trabalhassem” para Deus. Na Idade Média essa prática era comum e conhecida como oblatos. Os pais depositavam a criança na roda dos mosteiros para serem batizados e educados pelos monges.

Nesse sentido, seguindo tal modelo, as rodas dos expostos surgiram assistindo aos pobres, aos peregrinos, aos doentes e aos expostos, ainda na Idade Média, na Itália, como uma forma de caridade. Já a iniciativa de atendimento às crianças deu-se na França, por meio do papa Inocêncio III, que:

[...] chocado com o número de bebês encontrados mortos no Tímbre, transferiu essa irmandade para Roma, criando o Hospital de Santa Maria in Saxia (1201-1204) [...]. Nascia

assim o primeiro hospital destinado a acolher as crianças abandonadas e assisti-las. Nele foi organizado um sistema institucional de proteção à criança exposta que logo seria copiado nas principais cidades italianas e em toda a Europa. Séculos depois seria exportado para outros continentes. (MARCÍLIO, 2011, p. 56).

Um hospital localizado em Roma, que acolhia todo o tipo de necessitados, recebia os bebês colocados na roda com um colchão, no qual a criança era depositada e a roda girada, levando a criança para dentro da instituição. “Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado.” (MARCÍLIO, 2011, p. 57).

O uso da roda se expandiu por várias regiões. Em Portugal, no ano de 1273, foi fundado o Hospital dos meninos órfãos de Lisboa pela rainha D. Beatriz, esposa de D. Afonso II de Castela. Esse instituto recebia os bebês órfãos e expostos e “destinava-se a recolher os expostos e velar pelo seu bem-estar físico e moral, preparando-os para ganhar seu próprio sustento, na juventude” (MARCÍLIO, 2011, p. 58).

No Brasil, a roda foi trazida no século XVIII para a cidade de Salvador na Bahia e tinha os moldes da Casa de Misericórdia de Lisboa.

Inicialmente foram feitas pressões para que a Santa Casa da Bahia aceitasse estabelecer uma roda de expostos. Estas pressões iniciaram-se com o governador Dom João de Lancastre (1694-1702) e continuaram, anos depois, com o vice-rei Vasco Fernandes Cezar de Menezes. As autoridades estavam preocupadas com o crescente fenômeno do abandono de bebês pela cidade de Salvador. (MARCÍLIO, 2011, p. 59).

A roda amenizaria o crescente abandono de crianças, pois neste período muitos bebês ainda recém-nascidos eram abandonados na rua. Vários morriam de frio, fome e sede ou eram devorados por animais.

Havia um caráter missionário e caritativo nas rodas que eram mantidas graças a doações da classe favorecida, a qual acreditava que com a caridade prestada aos necessitados alcançaria misericórdia e salvação para suas almas.

Sob tais justificativas, em 1726, foi aberta uma roda de expostos em Salvador e uma segunda roda foi instalada no Rio de Janeiro, em 1738.

Com a independência do Brasil, as rodas continuavam a funcionar, porém após discussões também de cunho político, as rodas foram incidindo para um caráter filantrópico e não mais caritativo. Isso aconteceu porque antigamente a roda, sempre ligada à Igreja, era mantida através de doações da classe elitizada, que via a caridade como uma forma de remissão dos pecados, de conseguir salvação para a alma. Tal filosofia, portanto, fundamentava a manutenção da roda. Com o passar do tempo, essa concepção foi sendo alterada e a roda passou a ser uma instituição filantrópica, destinada ao atendimento dos pobres e dos necessitados. Assim, passou a fazer parte da assistência social, tendo o Estado como mantenedor.

Na cidade de São Paulo, a taxa de crianças abandonadas nas ruas era crescente, chegando a ser uma das mais elevadas do país, ocasionando a necessidade da instalação de uma roda para acolher os expostos. Isso aconteceu em 1825, com a implantação da roda no muro da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Esta pesquisa, especificamente, analisa esse fato na cidade de São Paulo onde as crianças abandonadas foram recebidas no Asilo dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, no período de 1825 a 1951. A escolha se deu pela oportunidade de utilizar, como instrumento primário de pesquisa, os relatórios dos mordomos que trabalhavam nessa instituição e que trazem detalhes desse período, pretendendo, com essa escolha, conhecer um pouco do trabalho realizado e oferecido aos bebês nos asilos.

O asilo da Santa Casa era um hospital, criado e pensado pela classe elitizada da época, com o intuito de lidar com alguns problemas relacionados à pobreza e que, na visão dos líderes estatais, ameaçavam o futuro do Brasil. O hospital era o lugar

dos pobres e havia uma ala que recebia as crianças abandonadas, como uma espécie de orfanato.

No momento histórico em discussão, o Brasil, com representantes da elite, preocupava-se com o futuro do país, pois, uma vez que estavam idealizando seu crescimento, era preciso pensar em como lidar com os pobres e abandonados, criando estratégias para acolhê-los a fim de ensinar-lhes o seu lugar na sociedade. Outra questão, também, era a de estar entre os países considerados civilizados além da apreensão com o crescimento econômico.

No centro dessas iniciativas, a preocupação com a formação de um novo cidadão que deveria ser “moldado” – desde a infância – e constituído pelo trabalho e pela educação. O atendimento à criança abandonada e a tentativa de diminuir a mortalidade infantil eram dois vértices do projeto de redimensionamento do país e, no caso, da cidade de São Paulo, imaginado pelas elites locais e setores dirigentes. (ROCHA, 2010, p. 7, grifos do autor).

A cidade de São Paulo estava recebendo grande número de moradores, sendo imigrantes e ex-escravos de diferentes culturas e classes sociais, o que ocasionou um crescimento populacional acelerado e, conseqüentemente, a falta de estrutura para tais mudanças.

Um dos problemas gerados com esse crescimento foi a mortalidade infantil causada pela falta de saneamento básico, sobretudo pelas moradias insalubres que acabavam expondo as crianças pobres a doenças e epidemias.

Pelo que podemos notar até agora o aumento do contingente humano – imigrantes, ex-escravos e os próprios migrantes – resultado, principalmente, do crescimento do capital acumulado pela economia cafeeira, serviu para agravar as diferenças sociais, gerando uma massa de homens, mulheres e crianças, desvalidos, pobres, miseráveis, acentuando ainda mais as contradições que se estabeleciam no meio urbano. (ROCHA, 2010, p. 50).



A pobreza e a falta de condição das famílias faziam com que muitas abandonassem seus filhos, os quais eram vistos na rua com preconceito e como uma ameaça à sociedade. Os nascimentos ilegítimos também influenciavam o abandono.

Em nome de um determinado modelo de progresso, tornava-se necessário procurar soluções para os problemas mais visíveis. Entre eles, o da criança abandonada. Mesmo porque as ruas, praças, lixeiras, calçadas, portas de igreja ou mesmo das casas de particulares eram locais bastante utilizados por pais e mães que desejavam abandonar seus filhos recém-nascidos. Os que tinham uma idade mais avançada eram encontrados em meio à população de desempregados e mendigos, presente nas ruas da cidade. (ROCHA, 2010, p. 53).

Fazendo menção aos diversos asilos que recebiam a criança abandonada, diante da grave situação de desigualdade à qual o país estava submetido, era possível que, dentre as crianças encontradas nas ruas, houvesse uma ou outra já atendida pela caridosa instituição.

Ainda no início da implantação das rodas, muitas crianças, ao alcançarem certa idade, eram encaminhadas ao trabalho. Ao analisar o período aqui apresentado, foi possível constatar também que várias delas, com idades entre 7 e 12 anos, iam para as ruas para se prostituírem. Outras eram encaminhadas para a Companhia de Aprendizes Marinheiros ou instaladas em oficinas para os expostos, trabalhando como marceneiros, ferreiros etc.

A respeito disso, Marcílio (2011, p. 76, grifos da autora) descreve:

No estaleiro a criança vivia ao lado de presos, escravos e degredados. Sua alimentação era tão fraca, à base quase só de farinha de mandioca, que acabavam definhando e muitas morrendo. No testemunho de um médico do Rio de Janeiro, que observou as crianças no arsenal da Marinha, a maioria delas “comia terra” e tinha o corpo enfraquecido

pelos parasitas intestinais. Com a situação de extrema pobreza e diferenças econômicas da época, as crianças pequenas eram vistas como um estorvo e, sem direito algum, eram abandonadas à própria sorte. É importante ressaltar que até então a criança não era reconhecida legalmente como sujeito de direitos.

Nesse sentido, na Santa Casa de Misericórdia foi instalada uma roda para receber os bebês abandonados e atender “do doente à criança abandonada, do indigente ao inválido” (MARCÍLIO, 2011, p. 93). No que se refere à criança pequena e, mais especificamente, aos bebês, estes eram deixados diretamente na roda dos expostos, criada justamente na tentativa de diminuir o índice de mortalidade infantil, pois muitos deles eram abandonados nas ruas e vários iam a óbito sem possibilidade de serem encontrados por alguém que os levasse até o asilo. Com a implantação da roda dos expostos, tinha-se a expectativa de minimizar a prática do infanticídio, haja vista que muitos bebês eram assassinados pelos pais que, não raras vezes, sem condição de criá-los, cometiam tal absurdo. Com a roda, via-se uma possibilidade de vida também para as crianças encontradas nas ruas, as quais eram levadas pela polícia para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Como mencionado, a instituição recebia e acolhia as crianças abandonadas a fim de garantir um futuro melhor para a sociedade, uma vez que nesse espaço as crianças recebiam educação, cuidados médicos e higiênicos.

Inicialmente, a Santa Casa não tinha condições de atender o bebê abandonado, por falta de estrutura. Nesse período, o costume era contratar amas de leite, na época uma profissão com deveres previstos; inclusive, poderiam ser demitidas caso não produzissem mais leite. As amas eram mulheres contratadas pela instituição e recebiam um pequeno salário para levar para casa os bebês e se responsabilizarem por sua criação até os seus dois ou três anos de idade, quando eram devolvidos à instituição. Sobre as amas, o Relatório da Mordomia de 1936 traz a seguinte informação:

Essas “criadeiras” ou “amas”, que assim se chamavam, eram mulheres de origem modesta, as quaes, residindo nas vilas mais pobres dos arredores da Capital, ao receber a creança em sua casa, não visavam senão uma remuneração, por pequena que fosse. E era, de facto, das mais modestas a que a nossa Instituição lhes dava por tal serviço. Nessas condições, é bem de ver-se, havia de ser das mais rudimentares a assistência que taes “amas” poderiam prestar as creanças que perfilhavam. (IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO PAULO, 1938, p. 194, grifos do documento).

Sobre as amas de leite é importante ressaltar que essa prática surgiu há muito tempo. Ainda no período setecentista, as escravas tinham seus filhos recém-nascidos retirados e eram usadas como amas de leite para amamentar os filhos das senhoras ou eram alugadas para esse mesmo fim.

Em 1825, a Santa Casa de São Paulo começou a selecionar mulheres aptas a amamentar os bebês abandonados e entre essas mulheres havia muitas índias. As amas assumiam os encargos de criar a criança em sua residência e tinham que levá-la ao hospital uma vez por mês para serem examinadas pelos médicos do asilo.

Os relatórios da mordomia mencionam que as amas recebiam 25 mil réis por mês e se contentavam com esse pouco. Há ainda o relato de um mordomo sobre o sofrimento das amas no momento de devolver a criança para a instituição logo que completassem a idade de retornarem.

Por outro lado, dentre as amas havia as que fraudulentamente davam à luz aos bebês e, secretamente, entregavam-nos na roda, logo se oferecendo como ama de leite do próprio filho, para receber salário. Havia também as amas que não comunicavam a morte do bebê com o objetivo de continuar recebendo o salário.

Grande parte dos médicos acompanhava essas crianças no asilo. Eles pertenciam aos grupos dominantes da época e tomavam a organização da cidade como sua responsabilidade, além da higiene pública, saúde e costumes da população.

Os asilos eram a solução para os problemas que estavam sendo enfrentados na época, sendo que o principal estava diretamente relacionado à saúde por meio da propagação de doenças, pestes e epidemias. Os discursos médicos traziam o isolamento da doença como solução; logo, os pobres deveriam ser separados da sociedade.

E é justamente a partir dessas condições que se justifica a criação de asilos como o dos inválidos, mendicidade, de alienados, de expostos, entre outros, configurando um modelo de exclusão por meio do qual se procurava enfrentar determinados problemas sociais. (ROCHA, 2010, p. 89).

Vale ressaltar que os asilos eram anexos a hospitais, que na época eram locais de acolhimento de pobres e doentes.

Ainda com as instituições de asilo, permanecia grande a estatística da mortalidade infantil. Os médicos criticavam as amas de leite, que foram responsabilizadas pela transmissão de doenças, as quais chegaram, de acordo com a pesquisa de Rocha (2010), a 61% da mortalidade geral.

Havia também uma crítica à forma de criação das amas, que muitas vezes eram consideradas desleixadas e sem cultura, e não sabiam cuidar da criança, que era levada a curandeiros quando estava doente.

Em geral, abrigadas em casas primitivas, sem qualquer recurso higienico, tratadas por pessoas incultas e paupérrimas, as crianças viviam na mais completa falta de cuidados, os mais prementes. A fiscalização, que se procurava fazer uma vez por mez, em nosso Hospital, quando examinadas as crianças por medico especialista, absolutamente não poderia corrigir os males, que eram orgânicos, e provinham de uma organização defeituosa. (IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO PAULO, 1938, p. 195).

Em 1922, foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à infância no Rio de Janeiro e uma das discussões

estava em torno da mortalidade infantil destacando que, de um total de 31.763 mortes em geral, 15.209 eram de crianças menores de dois anos.

Em 1931, de 199 crianças, 166 morreram na Santa Casa e as amas foram responsabilizadas por essas mortes. De acordo com os médicos da época, a forma de criação oferecida pelas amas, o local de moradia sem condições alguma e, na grande maioria, descentralizado dificultava o acompanhamento dessas crianças pela medicina.

Em 1896, o asilo foi transferido para o bairro do Pacaembu. Nesse local, as crianças maiores participavam de oficinas como costura, sapataria, carpintaria, marcenaria, entre outras atividades. No momento em questão, havia uma preocupação com a economia do país, portanto a necessidade de investimento voltava-se também para o trabalho.

A criação de locais como as oficinas, no Asilo dos Expostos, era um indicativo dessa nova maneira de atuar em relação à criança institucionalizada. Uma vez que era necessário transformar esta criança pobre em um adulto em ótimas condições de saúde, moralmente bem constituído, cuja educação estivesse voltada para a formação de uma mão de obra capaz de acompanhar as necessidades econômicas do país, qualificando-as para o mercado de trabalho urbano. (ROCHA, 2010, p. 154).

A partir de então, “ganha força, na época, a instalação de instituições educacionais com propostas voltadas às camadas mais empobrecidas da população, incluindo os asilos, jardins de infância e creches” (ROCHA, 2010, p. 155).

No asilo, as crianças tinham que seguir uma rotina rígida com horários definidos para cada atividade a ser realizada, como banho, refeição e horário para dormir. Todo esse controle tinha a intenção de educar a criança para ter e se sujeitar a uma vida controlada, ordenada e com um comportamento adestrado. De acordo com Rocha (2010, p. 157), “Instituições como o Asilo dos Expostos se tornaram espaços destinados não só a abrigar as

crianças que eram abandonadas. Serviam para corrigi-las, regulá-las”. Sobre as crianças asiladas, nos Relatórios da Mordomia, elas aparecem como crianças que usavam camisolões xadrez e de cabelo raspado.

No final do século XIX, a roda dos expostos começou a receber inúmeras críticas por se acreditar que era incentivadora de relações consideradas ilícitas, imorais e ilegítimas. Em um momento em que crescia fortemente o pensamento de ideal de família, tal prática estava incompatível com o pensamento da época. Os médicos também defendiam sua extinção com base nos altos índices de mortalidade infantil.

Percebeu-se que as maiores quantidades de crianças recebidas no asilo não entravam através da roda. Os relatórios demonstram que muitas famílias não adotavam o uso da roda, deixavam sua criança diretamente na instituição e se identificavam com o intuito de acompanhar sua criação e de voltar para buscá-la assim que tivessem condições.

Ainda sobre os motivos que levaram à extinção da roda e que partiram inicialmente dos médicos higienistas, entendia-se que “vidas úteis estavam sendo perdidas para o Estado. Mas o movimento insere-se também na onda pela melhoria da raça humana, levantada com base nas teorias evolucionistas, pelos eugenistas” (MARCÍLIO, 2011, p. 68).

De acordo com o Relatório da Mordomia (IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA SÃO PAULO, 1933, p. 273, grifos do documento), em 1923, o Decreto Federal nº 16.306, de 31 de dezembro, proibiu terminantemente a utilização da roda, em complemento ao Artigo 15 do Código de Menores que determinava: “Dever a admissão de expostos á assistência, ser feita por consignação directa, excluído o systema de ‘Rodas’”. Mesmo assim, na Santa Casa, isso só ocorreu, definitivamente, em 1951.

A roda de expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a

República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950! Sendo o Brasil o último país a abolir a chaga da escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o triste sistema da roda dos enjeitados. (MARCÍLIO, 2011, p. 53).

Em 1933, em meio a muitas discussões sobre o alto índice de mortalidade infantil, Dr. Leite de Bastos sugeriu a construção de um local apropriado para atender as crianças menores de dois anos. Esse médico sustentou sua discussão em torno das opiniões de pediatras da época que eram contra o uso da roda e também sobre o argumento de que seu uso estava infringindo o Art. 15 do Código de Menores.

Neste trabalho meticoloso e de observação do que se passa, na França, Alemanha, Argentina, Uruguay, particularmente Montevideu, e mesmo entre nós, com relação à criança abandonada, chega o Dr. Leite Bastos, a respeito da nossa obra de assistência ao exposto, a convencer, a necessidade urgente e inadiável da construção de um Pavilhão no Asylo, para menores de 2 annos e como consequência a extinção da “Roda”. (IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA SÃO PAULO, 1933, p. 272, grifos do documento).

O berçário foi criado em 1936, tendo, entre outros objetivos, o de combater os serviços das amas e, consequentemente, diminuir os altos índices de mortalidade das crianças sob seus cuidados. (ROCHA, 2010).

### **A CRIAÇÃO DO BERÇÁRIO E A DISSEMINAÇÃO DAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO AOS BEBÊS**

O serviço das amas foi substituído pelo berçário onde os bebês abandonados permaneciam até os três anos de idade e depois eram levados para o Asilo dos expostos. Com a abertura do berçário não havia mais a necessidade de enviar as crianças

para as casas das amas, mas ainda precisavam do leite para alimentar as crianças acolhidas. Dessa forma, conforme descrito no Relatório da Mordomia de 1936 (IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA SÃO PAULO, 1938, p. 199):

Organizámos um serviço de leite humano, mechanicamente ordenhado. As amas só comparecem de manhã e à noite, e, por meio de um extractor, o leite é retirado e guardado em geladeiras. As amas são cuidadosamente examinadas, e fazemos questão de que haja a maior hygiene na manipulação do leite. As creanças das próprias amas são também examinadas periódicamente, para que não lhes affecte a saúde estar a sua mãe fornecendo leite a outrem.

A partir de então, ser ama, não era mais profissão, as mulheres pobres e que necessitavam do dinheiro, se submetiam a tal processo. De acordo com o Relatório da Mordomia, as amas eram então fornecedoras do leite que lhes “sobrava”, porém não se tratava de uma profissão e tal oportunidade representava um valioso auxílio financeiro para, junto ao marido, “vencer os encargos da família” (IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA SÃO PAULO, 1938, p. 200). Além do leite humano contavam com o leite produzido por vacas pertencentes à instituição.

O leite extraído das amas passou também a ser engarrafado e vendido. No relatório, ao abordar o assunto, o mordomo justifica positivamente a ação, dizendo que, com esse serviço, era possível oferecer leite de peito às crianças cujas mães não produzissem leite e, ainda mais, substituiria a contratação de amas domiciliares pela camada mais favorecida para amamentar os bebês das mães que não queriam ou não podiam amamentar.

Com o crescimento industrial e o ingresso da mulher no mercado de trabalho, as grandes indústrias passam a incentivar a utilização do leite artificial como alternativa de alimento aos bebês das mães que trabalhavam. Interessante destacar que, naquele momento, a empresa Nestlé aparece nas propagandas fazendo tal divulgação.



Todos esses acontecimentos fizeram com que as instituições de atendimento à criança pequena, originadas na primeira metade do século XIX, crescessem de forma acelerada e ainda com o principal objetivo de atender as camadas mais pobres da sociedade, sendo que a creche, substituta então dos asilos, continuava vinculada aos órgãos governamentais de serviço social e não aos do sistema educacional.

Em concordância com Kuhlmann Júnior (2010, p. 166), vale ressaltar que “O fato de essas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza já representa uma concepção educacional”. Portanto, as creches, desde sua origem e concepção, apresentavam um cunho educacional pelas necessidades e estrutura, estendendo-se até hoje quanto à possibilidade de condições e melhorias.

A nomenclatura “creche” veio com a expansão das instituições assistenciais. Com experiências trazidas da Europa, a creche mantinha seu foco de atendimento às crianças pobres e era um meio de garantir certo controle social. Era apresentada com preconceito, pois se destinava aos pobres oferecendo, segundo Kuhlmann Júnior (2010, p. 167), uma educação preconceituosa e de baixa qualidade, “preparando os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados”. Ainda assim, as crianças atendidas nessas instituições eram consideradas privilegiadas.

Se a primeira característica da educação assistencialista é a virtude pedagógica atribuída ao ato de retirar a criança da rua, o segundo aspecto dessa proposta educacional é que a baixa qualidade do atendimento faz parte dos seus objetivos: previa-se uma educação que preparasse as crianças pobres para o futuro que com maior probabilidade lhes esteja destinado; não a mesma educação dos outros, pois isso poderia levar essas crianças a pensarem mais sobre sua realidade e a não se sentirem resignadas em sua condição social. Por isso, uma educação mais moral do que intelectual, voltada para a profissionalização. (KUHLMANN JÚNIOR, 2010, p. 167).

Havia discussões que defendiam a inserção das creches nos setores educacionais, outras porém criticavam a educação das crianças pequenas fora do meio familiar, com o argumento de que a mãe deveria cumprir seu papel natural e insubstituível de criar e educar seu filho. De acordo com Kuhlmann Júnior (2010, p. 172), tais discussões impediam que os políticos conservadores considerassem e reconhecessem essas instituições como parte dos sistemas escolares. Os que defendiam as instituições infantis viam nelas a possibilidade de oferecer às crianças pequenas condições de se tornarem crianças educáveis, dóceis e sociáveis, conformadas com o seu destino à margem da sociedade.

Os médicos continuavam a exercer grande influência sobre a educação das crianças, com estudos sobre a psicologia infantil e a puericultura, que nortearam algumas reflexões e orientações sobre o trabalho desenvolvido com as crianças pequenas.

No que se refere especificamente ao atendimento oferecido aos bebês, é importante pensar que se por um lado na história da educação infantil havia concepções acerca dos bebês, as quais defendiam a ideia de se tratar de um ser sem percepções ou interações ao ponto de serem considerados como “um indivíduo autônomo que não precisaria ser cuidado e acariciado” (KUHLMANN JÚNIOR, 2010, p. 175), por outro pode-se verificar uma concepção que percebia a possibilidade de contribuição na formação da personalidade da criança e no seu desenvolvimento. Estes dois exemplos podem ser observados a seguir.

Aquilo que para os médicos do século XIX era crime nas amas de leite, torna-se conduta a seguir. A pré-educação, entendida como domesticação dos caprichos, visando à obediência, previa que o bebê, para aprender a dormir à noite sem mamar, deveria ser deixado chorando no berço até obedecer. Quando mamasse, a mãe deveria evitar qualquer distração neste que seria o ato mais sério da vida do recém-nascido, sem lhe falar, nem acariciar as faces ou fazer-lhe pequenas cócegas. [...] De um lado, eram eliminados os materiais que apresentassem perigos para a segurança e a saúde dos bebês, de outro tomava-se mais consciência do

papel do jogo e do brinquedo na formação da personalidade da criança, no seu desenvolvimento. (KUHLMANN JÚNIOR, 2010, p. 175).

As discrepâncias de concepções apresentadas nesta citação podem ser percebidas até os dias atuais, nos quais muitos não entendem a importância do trabalho com os bebês e como se torna cada vez mais necessária tal reflexão, pois poucos conhecem e discorrem sobre o olhar necessário para a prática com as crianças pequenas.

A partir da década de 1960, os muitos acontecimentos, como o avanço tecnológico e científico, que apresentavam novas possibilidades, bem como a revolução industrial, garantiram a possibilidade de a mulher inserir-se no mercado de trabalho.

As mulheres pobres trabalhavam nas fábricas e não tinham com quem deixar seus filhos. Nessa época, além da creche, surgiram diversas denominações informais de atendimento às crianças.

O índice de pobreza ainda era enorme, a população mais pobre possuía condições precárias de higiene devido à situação em que viviam, e muitas crianças eram vítimas de infecções. Por esse motivo, a defesa e luta por creches, uma vez que nesses locais as crianças recebiam alimentação, higiene e segurança. Essa era a função das creches, não havia a preocupação com o desenvolvimento intelectual das crianças, e assim “um trabalho voltado para a educação, para o desenvolvimento intelectual e afetivo das mesmas não era valorizado.” (OLIVEIRA, 1992, p. 18). Diante de tal situação, houve grande intensificação de lutas e manifestações a favor da creche, de maneira que o governo militar temia por uma explosão das camadas populares, principalmente porque o grau de pobreza aumentava fortemente no Brasil.

Com o crescimento constante da industrialização do país, não apenas as camadas populares, mas as também mulheres da classe média ingressavam no mercado de trabalho, indo à procura de creches para seus filhos, o que fez surgir, nessa época, diversas creches particulares.

A creche passou a ser pensada não apenas como um lugar que oferecia higiene e segurança, mas como local de desenvolvimento

cognitivo e parte importante para alfabetização. Inicialmente, tal fato ocorreu somente nas creches particulares, que

[...] foram se tornando cada vez mais numerosas já adotavam como justificativas para seu trabalho junto a uma população socialmente mais privilegiada preocupações com a criatividade, a sociabilidade, o desenvolvimento infantil como um todo. (OLIVEIRA, 1992, p. 21).

Enquanto as crianças pobres e necessitadas eram acolhidas pelas creches para receber assistência, as crianças pertencentes às classes elitizadas frequentavam creches com propostas educacionais, visando ao desenvolvimento intelectual.

No final dos anos de 1970 e 1980, houve uma forte discussão acerca do papel das instituições de educação infantil, e a creche passou a ser vista como um órgão importante que exercia uma função social. Sendo assim, começou-se a defender o que era entendido como caráter “educacional ou pedagógico” e higienista para as instituições, contrapondo-se ao que se via como meramente “assistencial”, nas creches.

A partir de então, muitas lutas e reivindicações foram realizadas por diferentes camadas da sociedade, entre profissionais que atuavam nas creches, feministas e movimentos populares no geral, que defendiam e exigiam creches e pré-escolas de qualidade.

Naquele momento, a creche estava tão desvinculada dos órgãos educacionais do governo, que não havia cursos que formassem profissionais para atuar nas creches. Esses profissionais defendiam uma educação de qualidade, denunciando o atendimento oferecido nas creches, caracterizadas como depósitos de crianças.

No contexto político, a creche era vista como um local para crianças cujas famílias não tinham condições de educar. O país estava passando pelo processo de redemocratização, quando setores organizados da sociedade civil passam a ter voz e uma das discussões estava voltada para a qualidade do atendimento oferecido à criança pequena.

Assim, as lutas pelos direitos das crianças foram se potencializando e contribuíram para que a creche fosse reconhecida

como parte da educação básica por meio de um marco importante, a promulgação de uma nova Constituição em 1988.

No contexto de democratização ao qual o país estava submetido, esse fato histórico e político, nas palavras de Kinzo (2001, p. 6), “foi certamente a experiência mais democrática na história constitucional brasileira”, pois esse processo foi divulgado e participaram de sua elaboração desde políticos a grupos sociais da imprensa.

O papel do Estado na sociedade foi redefinido pela Constituição abrangendo várias esferas sociais, dentre elas, proteção à infância e educação.

A Constituição Federal de 1988 e, mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) garantiram uma reforma educacional que trouxe reflexões sobre a universalização da educação básica, bem como o investimento na educação através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), Lei n.º 9.424, também de 1996, substituído em 2007 pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e responsável por atender toda a educação básica, da creche ao ensino médio, em vigência até 2020.

Foi a articulação desses atores sociais, reforçada por movimentos que lutavam pelos direitos humanos de crianças e adolescentes, que conseguiu garantir, na nova Constituição Federal de 1988, a inclusão da creche no sistema educacional, juntamente com a pré-escola, definindo a educação da criança de 0 a 6 anos como parte da primeira etapa da educação básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, conservou essa estrutura e introduziu a meta da formação de professores no nível superior também para creches e pré-escolas. Aos municípios foi atribuída a principal responsabilidade pelo provimento de vagas destinadas a essa etapa da educação básica. (CAMPOS, 2013, p. 31).

Desse modo, a educação infantil passou a fazer parte da educação básica, compreendida como primeira etapa da educação. É um direito da criança, se os pais assim o desejarem, e é um dever do Estado. A educação infantil fica compreendida em dois segmentos: a creche, que atende crianças de 0 a 3 anos de idade, e a pré-escola, que atende crianças de 4 e 5 anos de idade.

Essas mudanças e conquistas reconheceram a creche como uma instituição educativa, opondo-se à concepção tradicional, na qual era vista como um favor prestado à criança pobre. A educação infantil de qualidade é um direito das crianças e fundamental para o seu desenvolvimento, direito esse garantido pela legislação brasileira. A creche passou a ser vista como responsável, junto à família, pelo desenvolvimento integral da criança.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões aqui apresentadas tiveram o objetivo de problematizar o percurso histórico e legal do atendimento de crianças pequenas fora do âmbito familiar, buscando reconhecer o impacto dessas instituições na construção social da creche pública no Brasil e no desenvolvimento do país.

Buscou-se verificar como havia se estruturado o atendimento às crianças de 0 a 3 anos de idade no Brasil e as propostas educativas dessas instituições com o intuito de valorizar e compreender melhor o cenário educacional em que foi se constituindo o atendimento em creches.

A creche hoje, reconhecida como espaço importante de educação e interação entre as crianças, recebe os bebês. Esse atendimento é legítimo e cada vez mais procurado pelas famílias, dadas as questões socioeconômicas do país. É um segmento de atendimento que compõe a educação básica do sistema educacional e que tem sido alvo de pesquisas e discussões necessárias para a valorização dessa etapa e para se pensar nas especificidades que as crianças pequenas exigem para que a creche de fato proporcione uma educação significativa e plena.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Brasília, DF:
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996a.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2000.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001**: aprova o Plano Nacional de Educação 2001-2010. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2015.
- RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da saúde mental infantil: a criança brasileira da Colônia à República Velha. **Psicologia em estudo** 11.1, 2006, p. 29-38.
- CAMPOS, Maria Malta. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. *Cad. Pesqui.* [online], v. 43, n. 148, p. 22-43, 2013. IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO PAULO. **Relatório do ano de 1936 apresentado á mesa conjunta pelo Irmão Provedor Exmo. Snr. Dr. Antonio de Padua Salles em 1937**. São Paulo: Empreza Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1938. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=71>>. Acesso em: 21 fev. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Relatório do mordomo dos expostos**. 1933. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=70>>. Acesso em: 21 fev. 2015.
- KINZO, Maria D’Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo Perspec.** [online], v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001. KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 53-80.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Creches**: Crianças, Faz de conta e Cia. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- ROCHA, José Fernando Teles. **Do asilo dos expostos ao berçário**: assistência e proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896-1936). 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil nos Estados Unidos. In: \_\_\_\_\_;

CAMPOS, Maria Malta (Org.). **Creches e Pré-Escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo: Cortez/FCC, 1998. p. 15-102.

\_\_\_\_\_. Educação infantil pós-FUNDEB: avanços e tensões. In: SOUZA, Gisele de (Org.). **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 171-186.

### **Bibliografia consultada**

FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés; ROCHA, José Fernando Teles da. Educação no asilo dos expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896-1950. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 597-617, 2006.

MONARCHA, Carlos. **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.). **História da Educação Brasileira: Formação do campo**. Ijuí: Unijuí, 2005.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais: “Asilo de Órfãos”, 1870-1960**. Campinas: CMU, Centro de Memória, Unicamp, 2004.

ROCHA, Eloisa A. C.; KRAMER, Sonia (Org.). **Educação Infantil: enfoques em diálogo**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUZA, Gisele de. **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010.